



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA  
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG

CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211

Website: [www.conselhodesaudedevarginha.org](http://www.conselhodesaudedevarginha.org)



**REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 20/10/2020**

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha/MG, de nº 379, realizada de forma virtual através do aplicativo *Google Meet*, no dia 20 de outubro de 2020. Primeira chamada às 18h30, e, em segunda e última chamada, às 19h. **Conselheiros presentes e segmentos na saúde:** Aline Azevedo de Oliveira (Usuários), Andrea Cristina Silva Maróstica (Gestores), Aparecida I. Furtado de Oliveira (Usuários), Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Henrique Peloso Silva Júnior (Trabalhadores), Cláudio Miranda (Usuários), Helen Márcia de Souza (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luiz Carlos Coelho (Gestores), Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários), Talma Alves Pereira (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores) e Zelma Dominghetti (Usuários). **Faltas justificadas:** Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Maria Aparecida de Barros Barbosa (Usuários) e Rodolfo de Oliveira Raimundo (Trabalhadores). **Registra-se a presença de:** Augusto Raimundo, Danielle Christine Gonçalves e Edson Roberto Muniz (Regulação). **Inaugurados os trabalhos,** Cláudio dá boas-vindas aos presentes e dá os informes gerais: 1) **Proclamação da aprovação da ata do CMSV** - Claudio lembra que as atas não são mais lidas em reunião e que não houve apontamentos sobre o conteúdo da mesma e, por isso, a ata está considerada aprovada. Lembra sobre a responsabilidade dos conselheiros em ler a ata e que as manifestações feitas em relação a última ata, por e-mail, foram acatadas. 2) **Informe sobre a Comissão Executiva:** Cláudio pede desculpas, pois por excesso de trabalho não está conseguindo dar vazão aos processos, mas que, até o fim de novembro, tudo deve estar normalizado. **Cláudio dá a palavra a Célio para atualizar sobre as atividades da CISTT** (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora) - este comenta que participou em setembro de um evento on-line da CISTT estadual. E informa que a CISTT municipal está devidamente cadastrada junto ao CESMG (Conselho Estadual de Saúde). Diz que na reunião da CISTT de setembro, houve uma avaliação dos trabalhos, e que reunião com empresas, através de uma subcomissão com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), MPT (Ministério Público do Trabalho, CMSV e o Núcleo de Segurança do Trabalhador Municipal, a fim de controle e acompanhamento de surtos da Covid-19 e sua prevenção em empresas; em 27/09 se reuniu com os hospitais Regional e Humanitas, sendo que a reunião foi mediada por Melina do MPT, mas que falou pela CISTT; pelos hospitais estiveram presentes seus setores de Saúde do Trabalhador e Recurso Humanos, e que os hospitais alegaram que o problema foi o emocional das equipes e que os médicos acabam por não ficarem cobertos pelas estatísticas, porque tem vários vínculos e menos controle profissional. O Núcleo de Saúde do Trabalhador fez repasses, e em 11/11 haverá reunião com a Cooper Standard e a Plascar, e contará com a participação dos sindicatos dos trabalhadores destas empresas. A reunião só precisa de confirmação do Núcleo de Saúde do Trabalhador. **Apresentação para ciência, questionamentos e eventuais sugestões referentes aos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior do segundo quadrimestre de 2020, conforme deliberação CMSV 002/2020,** Augusto Raimundo faz a apresentação do RDQA. Ele aponta que a produção dos atendimentos na Atenção Primária caiu, por efeito da Covid-19. E que a neoplasia, doenças do sistema circulatório e do período puerpério e perinatal foram, da alta complexidade, os mais dispendiosos, com o crescimento das internações das doenças respiratórias, e isso é reflexo das referências municipais, isso não é

faturamento de AIH (Autorização de Internação Hospitalar), mas também de financiamentos diversos. Que as contas do Hospital de Campanha não foram apresentadas em apartado, por conta do sistema usado por Augusto, que não segrega esse dado. O Datasus aponta os gastos com consultas e exames da média complexidade, destacando a oncologia e a nefrologia com os custos. Que se mantiveram estáveis a dispensação de medicamentos e pequenas cirurgias. Os gastos com prestadores se mantém estáveis com o laboratório IPD, Hospital Regional do Sul de Minas (HRSM), Bom Pastor e Nefrosul. Foram demonstrados os valores transferidos da União e Estado e que foram aumentados devido a Covid, bem como apontou que o município aplicou 25% de sua receita municipal em saúde, e que no segundo quadrimestre, esse custeio chegou a 30% do orçamento municipal. A administração dos recursos tem sido acompanhados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e que os dados são publicados no Portal Transparência. E que, desde 2013, o empenho do município com o mínimo de recursos escalonou para mais de 30 milhões. Que até o momento, o município arcou com 59% dos empenhos; no primeiro quadrimestre era 53% e que houve um aumento de 88% para 91% da receita, de um quadrimestre para outro. Cláudio comenta como as opções políticas influenciam a política pública, porque a despesa hospitalar traga recursos. Carlos também comenta a importância dos recursos para a Atenção Primária. E faz questionamento referente às despesas: aquisição de van, com camas que estariam em valor superior do mercado e sem informação de quantidade. Questiona sobre valores dos ventiladores hospitalares que seriam 300 mil, acima de mercado e que não há informação se é valor unitário ou não. Questiona sobre o Convênio Cards, sobre o valor dos cartões - se seriam unitários e quantos. Questiona a rubrica de "funcionários do município", que não há discriminação, apesar dos valores altos. Questiona sobre máscara faciais - se seriam unitárias ou em bloco. Questiona sobre o convênio 54/2017 com a Fundação Hospitalar do Município (FHOMUV), que precisaria ser mais detalhada. Questiona despesa com a Diagnóstica LTDA., no valor de 225 mil reais. Questiona o convênio 61/2017 com o Hospital Regional do Sul de Minas (HRSM). Questiona sobre a emenda individual para HRSM e a Fundação Varginhense de Assistências aos Excepcionais (FHUVAE). Questiona despesa com a FERRASUL sobre tenda sanfonada, que é o mais alto na rede. Monitor Cardíaco acima do valor de mercado. Luiz Carlos menciona sobre a aquisição de veículos que atendiam despesas com verba carimbada - considera que isso gera custos com peças e isso impacta. Diz que as camas e ventiladores foram para o Hospital de Campanha. Menciona que a Convênios Card veio de licitação por meio da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), que as folhas de pagamento de funcionários, são os blocos de atenção e setores e que os valores de contribuição que são passados para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos (INPREV). Que há aluguel de veículo de transporte para alimentação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Hospital de Campanha. Que os monitores comprados foram para atender a UPA. Que os monitores do Hospital de Campanha, são específicos para Centro de Tratamento Intensivo (CTI). Que os lavatórios ecológicos foram adquiridos, pois sairiam mais baratos que o aluguel e que serão usados na rede, posteriormente, e que as despesas em geral são em bloco. Augusto retoma e explica que as compras são por autorização de fornecimento (AF), isso faz bloco e a despesa sobe. Lembra que as emendas impositivas são decorrentes de emendas ao orçamento, feita por vereadores. E lembra que nos aventais e máscaras os custos foram abaixando, após elevação no início da pandemia. Augusto informa o e-mail para que o Carlos encaminhe os questionamentos. Cláudio questiona a informação de que as despesas do Hospital de Campanha não foram apresentados pelo programa TabWin que é utilizado. Augusto informou que isso decorre do sistema, mas ele tem produção. Helen pergunta se todas as emendas parlamentares são mencionadas nos relatórios e Augusto diz que sim. Cláudio lembra do olhar estrangeiro que permite ver as questões que a própria gestão não vê e que a informação precisa ser também compreensível para **leigos e lembra do problema dos convênios com os hospitais que precisam ser apresentados e discutidos em breve.**

Carlos sugere que haja hiperlinks da prestação de contas para os contratos no Portal Transparência. Augusto acha uma boa sugestão. Após, foi pautada a **Discussão e deliberação sobre a Resolução SES/MG Nº 6.943 de 04 de dezembro de 2019, referentes a repasses financeiros a municípios com instituições prisionais**. Andrea apresenta a resolução que visa transferir recursos, para o sistema prisional e também apresenta um plano de trabalho no valor de R\$ 20.604,43. Carlos questiona se o valor seria mensal ou apenas em cota única. Foi informado que é uma cota única. Célio questiona sobre a necessidade de aprovação, e lembra que o recurso é por via do Sistema Único de Saúde (SUS) e que a resolução é de 2019. Andrea lembra que isso decorreu da liberação do recurso e por conta da pandemia. Helen lembra as dificuldades com o presídio em relação às consultas. Andrea observa que é só para insumos. Helen lamenta, porque o médico no presídio é voluntário e sem CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e que os encaminhamentos do presídio precisam ser homologados pela Regulação. Foi informado que o plano foi feito com o diretor e a enfermeira do presídio com Andrea e Augusto. Cláudio lembra sobre a importância de se respeitar pelo menos uma semana entre o envio do plano e sua discussão plenária, pois o Conselho não pode ser homologador e precisa analisar, e isso foi aprovado quando do último plano de trabalho da Visa (Vigilância Sanitária), mas que trará para votação, porque o valor é baixo e são insumos para o presídio e explica à Andrea que os planos podem ser encaminhados antes da reunião com tempo de análise. A matéria foi aprovada por unanimidade pelo Colegiado, será expedida resolução sobre a matéria. **Carlos sugere estudo de viabilidade para uma equipe de saúde para o presídio e para a população em situação de rua**. Célio questiona sobre a propaganda eleitoral que fala de desassistência pediátrica. Cláudio lembra a dificuldade da população entender que o problema é aceitação da estratégia de Saúde da Família. E que investir em alta complexidade e a alta especialização são um erro, pelo custo-benefício. O que é acompanhado por Luiz Carlos que diz preferir não entrar no mérito da campanha eleitoral. E pede que consigne a parabenização do depoimento da Brígida sobre a Covid-19, em projeto do CESMG. Luiz Carlos pede pauta sobre o Plano de Contingência de dispersão para vacina da Covid-19. Lembra da importância da melhora da cobertura vacinal na cidade. Observa que o movimento antivacina é um dos 10 maiores problemas de saúde do mundo. Cláudio informa que, as pessoas só darão valor a vacina com um surto de uma doença grave como foi a varíola, no passado. Luiz Carlos lembra que já são 8 mil casos de sarampo no país, mesmo com as medidas de prevenção da Covid-19, no que Cláudio o acompanha sobre a gravidade da doença. A reunião foi encerrada às 20h43 e o presidente Cláudio agradece a participação de todos e, na função de secretário, *pro tempore*, lavrou esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.